



AMAMENTAÇÃO E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: marcas da maternidade em mulheres negras

Elisângela de Jesus Conceição¹
Jerusa da Mota Santana Oliveira²
Cinthia Soares Lisboa³
Djanilson Barbosa dos Santos⁴

Resumo

Este artigo discute as desigualdades raciais e socioeconômicas que impactam a prática da amamentação entre mulheres negras no Brasil. Visa estimular reflexões críticas e novos debates, abordando desde aspectos legais e epidemiológicos até o impacto do racismo e do estigma nos serviços de saúde. Trata-se de um ensaio teórico fundamentado em levantamento bibliográfico de 36 produções científicas e documentos oficiais publicados entre 2004 e 2024, localizados no *Google Scholar* por meio de leituras exploratórias, analíticas e interpretativas. Inicialmente os dados subsidiaram atividades pedagógicas. Posteriormente, o material foi categorizado em três eixos temáticos: amamentação, insegurança alimentar na população negra e a relação desses temas com a formação de profissionais de saúde. Os resultados indicam que, apesar do aleitamento humano ser um direito legalmente reconhecido por seus benefícios a saúde materno-infantil, mulheres negras enfrentam barreiras significativas para a sua manutenção, como insegurança alimentar e nutricional grave, vulnerabilidade social e retorno precoce ao trabalho. O artigo também evidencia os impactos do racismo no processo de amamentação, a falta de assistência de saúde adequada e a necessidade de políticas públicas e atendimento antirracista para garantir o direito à amamentação e segurança alimentar a essa população.

Palavras chave: Aleitamento; desmame precoce; infâncias negras; Equidade em saúde.

BREASTFEEDING AND FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY: marks of motherhood on black women

Abstract

This text examines the racial and socioeconomic inequalities affecting breastfeeding practices among Black women in Brazil. It seeks to encourage critical reflection and new debates, addressing issues from legal and epidemiological factors to the effects of racism and stigma in healthcare services. The essay is based on a review of 36 theoretical works and official documents published between 2004 and 2024, identified on Google Scholar through exploratory, analytical, and interpretive readings. The data initially supported pedagogical activities. The material was then categorized into three main thematic areas: breastfeeding, food insecurity in the Black population, and the relationship of these themes to the training of healthcare professionals. The article notes that, although breastfeeding is a legal right and provides essential health benefits for mothers and babies, factors such as severe food and nutritional insecurity, vulnerability, and early return to work undermine this practice for Black women. It highlights the impacts of racism on the breastfeeding process, the lack of adequate healthcare, and the need for anti-racist public policies and services to ensure the right to breastfeeding and food security for this population.

Keywords: Breastfeeding; early weaning; black child; FNS.

Artigo recebido em: 28/07/2025 Aprovado em: 17/05/2026
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30n1e27272>

¹ Doutoranda em Saúde coletiva pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Saúde da População Negra e Indígena pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Nutricionista formada pela UFRB. E-mail: conceicao.ej@gmail.com

² Nutricionista pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Doutora em Alimentos, Nutrição e Saúde, Universidade Federal da Bahia. E-mail: jerusanutri@gmail.com

³ Nutricionista pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Doutora em Saúde Coletiva Núcleo de Investigação em Saúde Materno Infantil – NISAMI. E-mail: cinthiaslisboa@gmail.com

⁴ Professor Associado de Epidemiologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Doutor em Saúde Pública pelo ISC/UFBA, Coordenador do Núcleo de Investigação em Saúde Materno-Infantil (NISAMI). E-mail: djanilson@ufrb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A amamentação é uma prática complexa, envolvida por muitos fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, culturais e ambientais (Nunes, 2017). O aleitamento humano é um direito previsto no artigo 9º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, que estabelece que “o poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento humano, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade” (Brasil, 1990).

O artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que, para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito a pausas especiais, local seguro para amamentar e/ou redução da jornada de trabalho sem redução de salário (Brasil, 2017). A Constituição Federal também defende, no artigo 6º, a alimentação adequada como direito humano (DHAA).

A recomendação do Ministério da Saúde (Brasil, 2023) é que o aleitamento humano deve ser exclusivo, pelo menos nos seis primeiros meses de vida, de modo a garantir a saúde da díade mãe-criança. Esta prática está associada ao crescimento e desenvolvimento infantil, prevenção de doenças, como infecções respiratórias e gastrointestinais, e reduzem o risco de mortalidade infantil, bem como redução das chances de ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis em ciclos imediatos e tardios da vida (Brasil, 2009; 2015; 2019; Nunes, 2015; Nascimento, 2020). Essa amamentação deve complementar outros alimentos até os dois anos de idade.

Dados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI, 2019) revelam que a prevalência de aleitamento exclusivo é de 45,8%, sendo que a meta da Organização Mundial de Saúde (OMS) para 2030 é de, pelo menos, 70%. Os resultados para aleitamento materno continuado no segundo ano de vida revelaram prevalências de 35,5% ficando muito aquém da meta da OMS que é de 60%. Estes dados epidemiológicos sobre amamentação no Brasil podem revelar que, apesar dos avanços na política de promoção do aleitamento materno, amamentar ainda é um privilégio na sociedade atual, mas a quem são reservados os privilégios?

Neste sentido, este ensaio tensiona produções teóricas que tratam das temáticas–amamentação e insegurança alimentar em mulheres negras, tendo como propósito discutir os principais aspectos relacionados à amamentação da mulher negra, as implicações para a saúde do binômio mãe-criança, os impactos do racismo para o processo de amamentação, bem como o desmame precoce, além das questões nutricionais e psicológicas durante o aleitamento humano. Além disso, propõe um exercício de criticidade e autorreflexividade a estudantes e profissionais de saúde.

2 DESENVOLVIMENTO

O ensaio teórico foi construído por meio de leituras exploratórias analíticas e interpretativas das produções científicas para fomentar o debate em torno das temáticas, de modo a alcançar os propósitos do texto, a saber: estimular a construção de reflexões críticas pessoais fundamentadas cientificamente, promover o debate entre diferentes pontos de vista sobre o aleitamento e a insegurança alimentar e nutricional e instigar novos posicionamentos e fomentar outros debates sobre a insegurança alimentar e nutricional (Gil, 2002).

As produções teóricas que dão corpo a este ensaio foram obtidas em plataforma de acesso aberto, a partir de um levantamento empreendido na base de dados Scholar Google, usando os descritores “aleitamento materno”, “saúde da população negra”, “insegurança alimentar e nutricional”. Assim, a busca por artigos e documentos oficiais, com os descritores em seus respectivos títulos e resumos, focalizou produções publicadas ao longo dos últimos 20 anos (2004–2024), as quais foram submetidas a incursões analíticas para a extração qualificada de conteúdos fundamentais e complementares à proposta do estudo.

As incursões inicialmente realizadas com esse levantamento de dados subsidiaram discussões de caráter pedagógico em palestras e cursos de extensão, as quais se voltam para a instrumentalização teórica, conceitual e experimental em saúde da população negra no âmbito da amamentação e da segurança alimentar e nutricional. O estudo em questão foi realizado por meio de leituras exploratórias, analíticas e interpretativas (Gil, 2002) das produções mobilizadas para fomentar o debate em torno das temáticas, de modo a atender às finalidades do exercício proposto.

O ensaio baseia-se em uma análise de trinta e seis produções teóricas e documentos oficiais para discutir a intersecção entre a amamentação e a insegurança alimentar e nutricional em mulheres negras, abordando desde aspectos legais do aleitamento, passando por dados epidemiológicos sobre saúde da população negra e insegurança alimentar, até questões de estigma e racismo nos serviços de saúde, fatores que comprometem a amamentação, os benefícios da amamentação e a influência da alimentação (Quadro 1).

Quadro 1 - Principais obras e fontes utilizadas na fundamentação teórica, 2004-2024.

Ano	Referência Completa	Principal Tema Abordado
1990	BRASIL. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).	Estabelece o aleitamento humano como um direito da criança, indicando que o poder público, instituições e empregadores devem propiciar condições adequadas
2004	BALABAN, G. et al. (2004). O aleitamento materno previne o sobrepeso na infância?	Explora as evidências sobre o papel preventivo do aleitamento materno contra o sobrepeso na infância

2007	SIQUEIRA, R.S.; MONTEIRO, C.A. (2007). Amamentação na infância e obesidade na idade escolar em famílias de alto nível socioeconômico.	Estudo que investiga a associação entre amamentação na infância e obesidade na idade escolar, focado em um grupo específico
2009	BRASIL. (2009). Saúde da criança: nutrição infantil – Aleitamento materno e alimentação. Ministério da Saúde. (Caderno de Atenção Básica, n. 23).	Guia sobre a saúde da criança, focando em nutrição infantil, aleitamento materno e introdução da alimentação complementar
2013	MONTEIRO, S.; VILELLA, W. (Org.). (2013). Estigma e Saúde. Cad. Saúde Pública.	Coletânea que discute a relação entre estigma e saúde, oferecendo base teórica para a análise do estigma enfrentado pelas mulheres negras nos serviços de saúde
2013	ZAMBENEDETTI, G.; BOTH, N. (2013). A via que facilita é a mesma que dificulta: estigma e atenção em HIV-Aids na estratégia saúde da família.	Aborda o conceito de estigma e sua influência na atenção à saúde, especificamente no contexto do HIV/AIDS na atenção básica.
2014	BENEDETT, A. et al. (2014). A dor e desconforto na prática do aleitamento materno.	Discute a ocorrência de dor e desconforto na amamentação como um dos determinantes para o desmame precoce.
2015	AMARAL, L.J.X. et al. (2015). Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrizes.	Discute fatores que podem levar à interrupção do aleitamento materno exclusivo.
2015	BRASIL. (2015). Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. Ministério da Saúde.	Versão atualizada do guia sobre a saúde da criança, com foco no aleitamento materno e na alimentação complementar.
2015	NUNES, L.M. (2015). Importância do aleitamento materno na atualidade. Boletim Científico de Pediatria - Vol. 4, N° 3.	Artigo que ressalta a importância e os benefícios do aleitamento materno na sociedade contemporânea
2016	BRASIL. (2016). Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Ministério da Saúde.	Orientações para a saúde das mulheres na atenção básica, abordando fatores que podem levar ao desmame precoce, como a introdução de água, chás, outros leites e o uso de utensílios que causam "confusão de bicos".
2016	WERNECK, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade.	Artigo fundamental que discute o impacto do racismo institucional na saúde da população negra, oferecendo uma base teórica para entender as desigualdades de saúde vivenciadas por este grupo
2017	BRASIL. (2017). Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).	Descreve os direitos trabalhistas assegurados às mulheres para a prática da amamentação, como pausas especiais, local seguro e redução da jornada sem impacto salarial
2017	BUCCINI, GS. (2017). Evolução do uso de chupeta e sua influência no aleitamento materno exclusivo no Brasil 1999-2008 [tese].	Tese que analisa a tendência do uso de chupeta no Brasil e sua correlação negativa com a manutenção do aleitamento materno exclusivo
2017	GIUGLIANI, E.R.J. et al. (Undated, citado como 2017). Uso de chupeta em crianças amamentadas: prós e contras. Departamento Científico de Aleitamento Materno – Sociedade Brasileira de Pediatria.	Artigo que discute os aspectos positivos e negativos do uso de chupeta em crianças que estão sendo amamentadas
2017	PIEDADE, Vilma. (2017). Dororidade. São Paulo: Editora Nós.	Livro que cunha e discute o conceito de "Dororidade", utilizado no ensaio para contextualizar a experiência de dor da mulher negra, frequentemente negligenciada

AMAMENTAÇÃO E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: marcas da maternidade em mulheres negras

2017	VON SEEHAUSEN, M. P.; OLIVEIRA, M. I. C. DE; BOCCOLINI, C. S.. (2017). Fatores associados ao aleitamento cruzado. Ciência & Saúde Coletiva.	Análise dos fatores associados à prática do aleitamento cruzado, corroborando a ideia de que é mais comum em mães vulneráveis e com menor acesso a direitos
2017	NUNES, Charô. (Citado como 2023). Desconstruindo a mãe preta: amamentação e o cuidado das mulheres negras.	Artigo que reflete sobre a amamentação e o cuidado das mulheres negras, confrontando estereótipos históricos como o da "mãe preta" e a invisibilidade de suas dificuldades
2018	EW, R.A.S. et al. (2018). Estigma e teste rápido na atenção básica: percepção de usuários e profissionais.	Estudo que aborda o conceito de estigma nos serviços de saúde, relevante para entender como rótulos podem afetar o acesso e tratamento de pacientes
2019	BRASIL. (2019). Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Ministério da Saúde.	Oferece diretrizes para a alimentação saudável de crianças brasileiras menores de 2 anos, abordando a inadequação das práticas atuais e a exposição a ultraprocessados
2019	GIESTA, J.M. et al. (2019). Fatores associados à introdução precoce de alimentos ultraprocessados na alimentação de crianças menores de dois anos.	Identifica fatores que contribuem para a introdução precoce de alimentos ultraprocessados na dieta de crianças, relacionando-se com a qualidade nutricional
2019	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). (Kac, 2021). Aleitamento materno: Prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos 4: ENANI 2019.	Apresenta os resultados detalhados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI 2019), incluindo dados sobre a prevalência de aleitamento materno por estratificação de risco e raça/cor
2020	ARMENDRO, Nathália. (2020). Por que precisamos de uma Semana de Apoio à Amamentação Negra no Brasil.	Argumenta a importância do apoio específico para a amamentação de mulheres negras, abordando mitos e a necessidade de desmistificar crenças racistas que afetam a prática
2020	NASCIMENTO, Maria Beatriz Reinert do. (2020). Os Reflexos da Amamentação na Vida Adulta. Guia Prático de Aleitamento Materno, Sociedade Brasileira de Pediatria.	Artigo que aborda os benefícios de longo prazo da amamentação para a saúde do indivíduo na vida adulta
2020	VENTURA, J. et al. (2020). Estigma associado a gestante/puérpera usuária de crack: ameaça que representa a instituição.	Estudo que aborda o estigma em serviços de saúde direcionado a grupos específicos, como gestantes/puérperas usuárias de substâncias, contribuindo para a discussão geral sobre estigma
2021	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). (2021). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.	Primeiro Inquérito Nacional que apresenta dados sobre a insegurança alimentar no Brasil durante a pandemia de Covid-19.
2021	SILVA, G.P.O. et al. (2021). Realidade do aleitamento materno cruzado em Maternidade Filantrópica de Aracaju, Sergipe.	Estudo sobre a prática do aleitamento materno cruzado, explorando sua incidência e fatores associados, especialmente em contextos de vulnerabilidade

2021	OLIVEIRA, K.B. et al. (2021). MicroRNA exossômico do leite humano: associações com sobrepeso/obesidade materna e composição corporal infantil em 1 mês de vida.	Pesquisa sobre a composição do leite humano (miRNAs) e como fatores como o peso materno podem afetá-la, influenciando o desenvolvimento infantil e o risco de obesidade e diabetes tipo
2022	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). (2022). Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil. (II VIGISAN, n. 2).	Segundo Inquérito Nacional que apresenta dados atualizados sobre a insegurança alimentar no Brasil no contexto da pandemia, detalhando as desigualdades por raça, gênero, região e escolaridade
2023	ALEXANDRE-WEISS, V. P. (Coord.) et al. (2023). Prato do dia: desigualdades. Raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares.	Apresenta dados sobre desigualdades alimentares no Brasil, com foco em raça, gênero e classe social, evidenciando a maior vulnerabilidade de lares chefiados por mulheres negras e a situação das crianças negras
2023	BRASIL. (2023). Boletim Epidemiológico Saúde da População Negra - Vol. 1. Ministério da Saúde.	Fornecer dados epidemiológicos recentes sobre a saúde da população negra, incluindo estatísticas relevantes sobre mortalidade materna e desfechos gestacionais desfavoráveis nesse grupo
2023	BRASIL. (2023). Amamentação. Ministério da Saúde.	Apresenta as recomendações atuais do Ministério da Saúde sobre o aleitamento humano, enfatizando a exclusividade nos primeiros seis meses
2023	DIEESE. (2023). Boletim Especial 8 de Março Dia da Mulher: As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho.	Apresenta estatísticas sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres chefes de família no mercado de trabalho, incluindo dados sobre trabalho informal e ausência de direitos que afetam a rede de apoio
2023	IBGE. (2023). Estatísticas de Gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos.	Fornecer estatísticas sobre a ocupação de mulheres no Brasil, incluindo dados que mostram a menor ocupação em lares com crianças pequenas, o que impacta na disponibilidade para cuidar e amamentar
2023	SILVA, Jaqueline Maria da. (Citado como 2023). Amamentação Negra: mães contam desafios raciais do aleitamento materno.	Reportagem ou artigo que reúne relatos de mães negras sobre os desafios específicos, incluindo raciais, que enfrentam no processo de amamentação
2024	Harvard T.H. Chan Escola de Saúde Pública. (Citado como 2024). **Genes não são destino	Fonte de Prevenção da Obesidade. The nutrition source

Fonte: Elaborado pelos próprios autores (2025).

Posteriormente, os materiais identificados e produzidos nessa ação foram retomados e categorizados em três eixos temáticos centrais, os quais tratam da amamentação, insegurança alimentar na população negra e de relações entre essas temáticas e a formação de profissionais de saúde.

O Quadro 2 apresenta as fontes citadas no ensaio organizadas por temas principais, refletindo como cada obra contribui para a discussão sobre amamentação e insegurança alimentar em mulheres negras, incluindo aspectos legais, de saúde, sociais, raciais e propostas de intervenção.

Pôde-se, ainda, ampliar o debate a partir da compreensão de que a insegurança alimentar e nutricional tem maior prevalência na população negra e que a temática é relevante no contexto formativo de profissionais de saúde – em especial, a nutrição –, para os sujeitos diretamente envolvidos quanto para o fortalecimento das práticas de cuidado em saúde e nutrição no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Quadro 2 - Análise comparativa das Obras Segundo os Temas abordados, 2004-2024.

Tema	Fontes Citadas
Fontes Conceituais (Estigma) (4 documentos)	<p>Monteiro & Vilella, 2013 - Estigma e Saúde</p> <p>Zambenedetti & Both, 2013 - Estigma HIV/Aids</p> <p>Ew et al., 2018 - Estigma atenção básica.</p> <p>Ventura et al., 2020 - Estigma usuária crack</p>
Racismo, Estigma e Atendimento em Saúde (14 documentos)	<p>Werneck, J., 2016 - Racismo institucional e saúde da população negra;</p> <p>Von Seehausen et al., 2017 - Aleitamento cruzado, ligado a vulnerabilidade)</p> <p>Vilma Piedade, 2017 - Dororidade, aborda mitos sobre dor e resistência de mulheres negras</p> <p>Armendro, 2020 - Semana de Apoio à Amamentação Negra no Brasil, discute mitos racistas</p> <p>Monteiro & Vilella, 2013 - Estigma e Saúde; Nascimento, 2020 - Reflexos do AM</p> <p>Zambenedetti & Both, 2013 - Estigma e atenção em HIV-Aids, conceito de estigma</p> <p>Ew et al., 2018 - Estigma e teste rápido na atenção básica, conceito de estigma</p> <p>Ew et al., 2018 - Estigma e teste rápido na atenção básica, conceito de estigma</p> <p>Ventura et al., 2020 - Estigma associado a gestante/puérpera usuária de crack, conceito de estigma</p> <p>Benedett, 2014 - Dor e desconforto no AM, relevante para negligência em saúde cuidado</p> <p>Brasil, 2023 - Boletim Epidemiológico Saúde da População Negra, dados de saúde por raça</p> <p>Silva, Jaqueline Maria da, 2023 - Amamentação Negra: mães contam desafios raciais mitos e o cuidado</p> <p>Siqueira & Monteiro, 2007 - AM/obesidade</p> <p>Nunes, Charô, 2017 - "Desconstruindo a mãe preta", discute mitos e o cuidado)</p>
Legislação e Direitos (Amamentação e Segurança Alimentar e Nutricional - SAN) (9 documentos)	<p>Brasil, 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA</p> <p>Brasil, 2017 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT</p> <p>Brasil, 2023 - MS- Amamentação</p> <p>Brasil, 2016 -MS - Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres</p> <p>Brasil, 2015 - Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar</p> <p>Brasil, 2019 - Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos</p> <p>LOSAN 2006 - Conceituação de SAN</p> <p>Rede PENSSAN, 2022 -II VIGISAN, sobre IAN</p> <p>Rede PENSSAN, 2021 -IAN COVID-19</p>
Amamentação: Aspectos	<p>Brasil, 2023 - MS Amamentação;</p>

<p>Gerais, Benefícios e Prevalência (12 documentos)</p>	<p>Brasil, 2016 - MS Protocolos Mulheres Brasil, 2009 - MS Saúde da criança: nutrição infantil Brasil, 2015/2019 - MS Guias Alimentares (obesidade). UFRJ, 2021 - ENANI 2019; Oliveira, K. B. et al., 2021 - MicroRNA em leite materno Balban et al., 2004 - Aleitamento previne sobrepeso? Siqueira & Monteiro, 2007 - Amamentação e obesidade Nascimento, 2020 - Reflexos da amamentação na vida adulta Nunes, L.M., 2015 - Importância do aleitamento materno (Nunes, Charô, 2017 - Blog "Desconstruindo a mãe preta") Rito et al., 2019 - AM e obesidade</p>
<p>Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) e Desigualdades Raciais/de Gênero (12 documentos)</p>	<p>LOSAN/SAN, níveis de IA Rede PENSSAN, 2022 - II VIGISAN) Vilma Piedade, 2017 - Dororidade, contexto social Rede PENSSAN, 2021 - IAN COVID-19 Silva et al., 2021 - Aleitamento materno cruzado, ligado à vulnerabilidade Alexandre-Weiss et al., 2023 - Desigualdades por raça, gênero e classe DIEESE, 2023 - Dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho IBGE, 2021 - Estatísticas de Gênero Harvard T.H. Chan, 2024 - Genes vs Ambiente em Obesidade, relevante no contexto de IAN ENANI dados sobre IA por raça Amaral et al., 2015 - Fatores de interrupção do AM, pode estar ligado a IAN Giesta et al., 2019 - Introdução precoce de ultraprocessados, relacionado à qualidade alimentar na IAN)</p>
<p>Desafios Específicos da Amamentação em Mulheres Negras (IAN, Retorno ao Trabalho, Desmame Precoce, Questões Nutricionais/Psicológicas) (15 documentos)</p>	<p>Alexandre-Weiss et al., 2023 - IA em crianças e adultos por raça/sexo) Rede PENSSAN, 2022 - II VIGISAN, dados de IAN Vilma Piedade, 2017 - Dororidade, contexto de vulnerabilidade Silva et al., 2021 - Aleitamento materno cruzado, prática relacionada à falta de apoio e IAN) DIEESE, 2023 - Mulheres chefes de família, trabalho informal, retorno precoce; Buccini, 2017 - Uso de chupeta, fator de desmame precoce IBGE, 2021/2023 - Ocupação de mulheres com filhos, retorno ao trabalho Harvard, 2024 - Obesidade, relevante para impactos nutricionais da IAN Armendro, 2020 - Mitos, desafios na amamentação negra; Balban et al., 2004 - AM/Sobrepeso Amaral et al., 2015 - Fatores que levam à interrupção do AM Benedett, 2014 - Dor e desconforto no AM, fator de desmame precoce Brasil Boletim Pop Negra 2023 - Dados de saúde que mostram vulnerabilidade Silva, Jaqueline Maria da, 2023 - Desafios na amamentação negra Siqueira & Monteiro, 2007 - AM/obesidade Von Seehausen et al., 2017 - Fatores associados ao aleitamento cruzado</p> <hr/> <p>Giugliani et al., 2017 - Uso de chupeta em crianças amamentadas Brasil, 2016 - MS Protocolos Mulheres, discute fatores de desmame precoce Giesta et al., 2019 - Ultraprocessados, impacto nutricional</p>

	<p>Oliveira et al., 2021 - Qualidade do leite materno, impacto na nutrição infantil</p> <p>Nunes, Charô, 2023 - Aspectos psicológicos da amamentação para mulheres negras</p>
<p>Propostas: Políticas Públicas, Assistência Antirracista, Formação Profissional (12 documentos)</p>	<p>Werneck, J., 2016 - Racismo institucional, implica a necessidade de políticas e assistência antirracista</p> <p>Von Seehausen et al., 2017</p> <p>Vilma Piedade, 2017 - Implica necessidade de maior proximidade e apoio institucional</p> <p>Armendro, 2020 - Argumenta pela necessidade de apoio específico</p> <p>Monteiro & Vilella, 2013 - Discute estigma em saúde, relevante para assistência antirracista</p> <p>Zambenedetti & Both, 2013 - Discute estigma em saúde, relevante para assistência antirracista</p> <p>Ew et al., 2018 - Percepção profissional sobre estigma, relevante para formação</p> <p>Ventura et al., 2020 - Percepção profissional sobre estigma, relevante para formação</p> <p>Brasil, 2016 - MS Protocolos Mulheres, fornece orientações que baseiam a assistência profissional</p> <p>Silva, Jaqueline Maria da, 2023 - Os desafios relatados reforçam a necessidade de apoio e políticas</p> <p>Nunes, Charô, 2023 - Propõe a desconstrução de mitos e um cuidado mais adequado</p> <p>Alexandre-Weiss et al., 2023 - Diagnóstico das desigualdades baseia a necessidade de políticas públicas.</p>

Fonte: Elaborado pelos próprios autores (2025).

A mãe negra nos serviços de saúde

O estigma nos serviços de saúde, muitas vezes, diz respeito às pessoas que são rotuladas por características físicas, étnico-raciais, sexuais ou comportamentais e, por medo de rejeição ou maus tratos, se afastam dos serviços de saúde. Trata-se de uma marca produzida simbolicamente a partir do olhar e da interpretação do outro, que aponta para a destituição dos direitos, privilégios ou prestígio de algumas pessoas ou segmentos sociais, em função de valores e interesses de pessoas ou grupos com poder de ditar normas que lhes favoreçam (Monteiro e Vilella, 2013; Zambenedetti e Both, 2013; Ew *et al.*, 2018; Ventura *et al.*, 2020).

Segundo Vilma Piedade (2017), a colonização e a escravidão inventaram que as mulheres pretas são mais resistentes à dor. Durante a atuação em serviços especializados em saúde materno infantil, é possível ouvir vários mitos propagados como verdades até os dias atuais, como: “Mulheres negras são mais fortes”; “Suportam melhor a dor”; “Não sentem dor”; “Sabem parir”; “Sabem amamentar”; “Têm mais leite”; “Não precisam de ajuda”; “O peito da mulher preta, por ter mais pigmentação, é mais resistente a fissuras” (Armendro, 2020).

Estas crenças racistas são fatores que contribuem para a baixa qualidade e negligência no atendimento às mulheres negras no serviço de saúde materno-infantil. Vale ressaltar que a dor na prática da amamentação é um dos determinantes para a ocorrência do desmame precoce. A dor não é uma sensação esperada no processo de amamentação. A existência da dor pode revelar manejo

incorreto e até presença de infecções que precisam ser identificadas pelos profissionais da saúde, pois são condições que comprometem a produção do leite e a integridade da saúde do binômio mãe-criança (Amaral *et al.*, 2015; Benedett, 2014).

Quanto à saúde do público estudado, os dados do boletim epidemiológico da saúde da população negra, divulgados em 2023, indicam que a mortalidade materna por hipertensão arterial sistêmica é crescente entre mulheres pretas (5%) e que, em 2020, a mortalidade materna por Covid-19 foi maior em mulheres negras (63,4%), quando comparadas às mulheres brancas (Silva, 2023).

Quanto aos desfechos gestacionais, estima-se que 63,3% das mulheres negras tiveram recém-nascidos com baixo peso ao nascer e com prematuridade (62,1%). Estes dados podem refletir a falta de assistência pré-natal adequada para as mulheres negras, uma vez que os dados mostram que as mulheres brancas seguem com maior acesso proporcional à assistência pré-natal. (Silva, 2023; DIEESE, 2023, IBGE, 2023).

A falta de acesso ao pré-natal de qualidade impacta diretamente na prática da amamentação, especialmente nas primeiras horas de vida do recém-nascido, de preferência, os primeiros 15 minutos, chamada de “hora dourada”. Nesse momento, há contato pele a pele e acesso ao seio da mãe para que o vínculo seja fortalecido e se inicie a memória afetiva do aleitamento e princípio do processo de alimentação. A hora dourada tem inúmeros benefícios para a saúde mãe-criança, a exemplo de redução das contrações uterinas e do risco de hemorragia, fortalecimento do vínculo afetivo entre o binômio, entretanto as mulheres e crianças negras são o grupo racial que menos amamenta na primeira hora de vida.

De acordo com o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI, 2019), pela estratificação de risco segundo raça/cor, as mulheres pretas apresentam menores índices de aleitamento (Quadro 3). Esse dado só difere ao avaliar a prevalência de aleitamento materno cruzado entre mães de crianças menores de 2 anos, o que corrobora a defesa de Von Seehausen; Oliveira; Boccolini, (2017) e Silva *et al.* (2021), para quem a prevalência do aleitamento cruzado aumenta com a idade do lactente e é maior entre mães mais vulneráveis, pela ausência de direitos trabalhistas e a escassez de informação. O arcabouço histórico-cultural (amas de leite) faz com que as mães não conheçam os riscos do aleitamento cruzado e perpetuem a ideia de que amamentar outra criança ou deixar seu filho ser amamentado é uma forma de salvar sua vida.

Quadro 3 - Prevalência do Aleitamento por estratificação de risco segundo raça/cor.

Estratificação de risco segundo raça/cor	Pretas	Branças
Prevalência do aleitamento materno na primeira hora de vida entre crianças menores de 2 anos	58,4%	61,75%
Prevalência de aleitamento materno predominante entre crianças menores de 6 meses	5,6%	14,6%
Prevalência de aleitamento materno misto entre crianças menores de 6 meses	13,3%	18,2%

Prevalência de aleitamento materno cruzado entre mães de crianças menores de 2 anos	24,8%	15,5%
---	-------	-------

Fonte: Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019).

Insegurança alimentar e nutricional e o desmame precoce

O direito humano à alimentação adequada (DHAA) foi incorporado à legislação brasileira em 2006, com a aprovação e promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que conceitua Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Brasil, 2006).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014), a percepção da insegurança alimentar em nível domiciliar é classificada em (I) Insegurança alimentar leve: comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada; (II) Insegurança alimentar moderada: restrição na quantidade de alimentos entre os adultos; (III) Insegurança alimentar grave: comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes nesse domicílio (Brasil, 2014).

O aumento da prevalência da insegurança alimentar e nutricional no Brasil é impulsionado por diversos fatores como o retrocesso significativo, desde 2016, marcado por cortes orçamentários, descontinuação de programas essenciais e a extinção de instâncias de participação social.

A crise econômica, marcada por elevadas taxas de desemprego e inflação, especialmente nos preços dos alimentos, impactou diretamente a capacidade das famílias de adquirir uma alimentação adequada. De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022 (II VIGISAN), a situação se agravou e exacerbou as desigualdades já existentes.

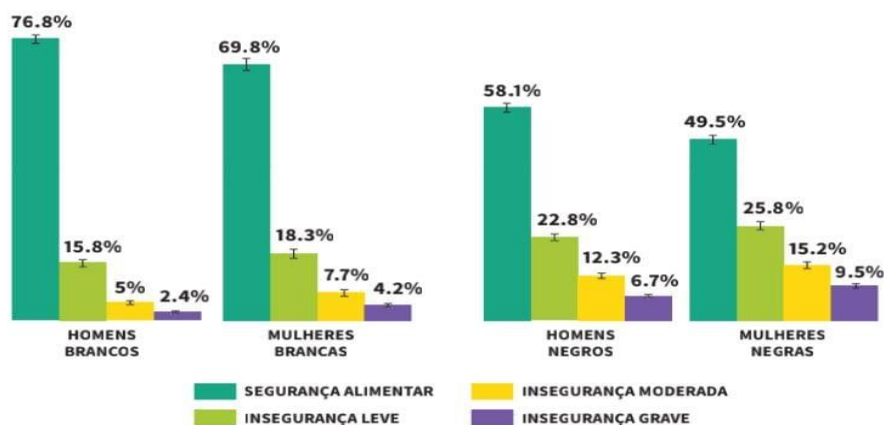
A associação entre insegurança alimentar e vulnerabilidade social é compreendida como uma questão social e não racial, na literatura científica são as publicações que relacionam os aspectos supracitados. Contudo o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN) revela diferenças importantes que incluem aspectos não econômicos das desigualdades relacionados a raça/cor da pele, gênero, grau de escolaridade e território. Em uma comparação entre os anos de 2020 e 2022, na população negra, houve um aumento de mais de 60% na proporção daquelas que convivem com a fome. Entre brancos, esse aumento foi de

34,6%. As famílias chefiadas por mulheres estão expostas à fome em 19,3% dos domicílios, enquanto esse percentual reduz para 11,9% quando são os homens nessa posição.

O maior percentual de famílias em situação de fome no Brasil encontra-se no Norte e Nordeste do país, e a condição alimentar dos moradores em áreas rurais do país foi pior comparativamente aos de áreas urbanas. Em 42,5% dos domicílios com responsáveis com escolaridade de até quatro anos de estudo, seus moradores estavam em IA moderada ou grave (II VIGISAN, 2022).

Ser uma mãe negra é estar em desvantagem em vários aspectos. Cerca de metade dos domicílios chefiados por mulheres negras sofre com algum nível de insegurança alimentar e nutricional. Além disso, a fome, insegurança alimentar e nutricional grave, em lares chefiados por mulheres negras, é quatro vezes maior (9,5%) do que em lares chefiados por homens brancos (2,4%) de acordo com Alexandre-Weiss *et al.* (2023).

Figura 1 - Proporção dos domicílios conforme a condição de segurança alimentar (SA) e níveis de insegurança alimentar (IA) segundo a informação de sexo e raça da pessoa de referência, Brasil



Baseado na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), versão curta (8 perguntas)
 Nota: Intervalo de confiança a 95%

Fonte: Alexandre-Weiss *et al.*, 2023. p.44.

A insegurança alimentar e nutricional, a vulnerabilidade social, o maior número de filhos, a ausência de rede de apoio, trabalhos informais, que não possibilitam o acesso à licença maternidade, apresentam maiores índices na população negra (IBGE, 2021; DIEESE, 2023). Sendo assim, essas mulheres são obrigadas a deixar de cuidar dos seus filhos para, na maioria das vezes, cuidar dos filhos de outras mulheres, como forma de sustento financeiro da família. Isso remete à época da escravização, quando as amas de leite eram impedidas de alimentar e amamentar seus filhos.

O racismo estrutural as obriga a escolher entre ficar desempregada para cuidar e amamentar as crias ou continuar a labuta diária e abdicar desse direito de estar perto e alimentar seu próprio filho, em nome de manter a subsistência do restante da família (Silva, 2023).

A condição de insegurança alimentar e nutricional grave, a vulnerabilização a que a mulher negra é submetida e o retorno precoce ao campo de trabalho são fatores que comprometem o aleitamento (Armendro, 2020). As crianças/recém-nascidas acabam sendo amamentadas com menos frequência para a mãe ter tempo de trabalhar, então é comum o uso de bicos artificiais e a inserção de outros alimentos.

A utilização da chupeta durante a infância, nesse contexto, pode ser prolongada, pois o uso de chupeta acalma, e a criança torna-se menos solicitante da atenção dos pais/cuidadores, isso, contudo, pode trazer implicações negativas que vão desde o desmame precoce até a compulsão alimentar e vícios orais na idade adulta (Giugliani, 2017).

Alexandre-Weiss *et al.*, (2023) afirmam que as crianças negras apresentam o dobro de frequência da condição de insegurança alimentar e nutricional grave – fome – (12,5%), ao comparar com a frequência dessa situação entre crianças brancas (6,1%), o que impacta de forma brutal no pleno desenvolvimento do potencial humano.

De acordo com o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (2019), apenas 5,6% das crianças declaradas pretas, menores de 6 meses, receberam leite materno como principal alimento, enquanto 14,6% das crianças brancas tiveram esse direito assegurado. Essa realidade agravou-se no período da pandemia do Covid-19.

De acordo com o Ministério da Saúde (2016), existem fatores que podem levar ao desmame precoce e estão associados ao aumento da morbimortalidade infantil, como a introdução de água, chás e outros leites. Alguns utensílios oferecidos à criança podem trazer riscos para a continuidade da amamentação, pois seu uso está associado à “confusão de bicos”, gerada pela diferença marcante entre a maneira de sugar na mama, na mamadeira e chupeta, que pode comprometer, ainda, a produção de leite, pois as crianças que usam chupeta, comumente, são amamentadas com menos frequência”. (Brasil, 2016, p.137).

A presença e agravamento dos problemas bucais e alteração no desenvolvimento orofacial dependem da duração, da frequência e da intensidade do uso dos bicos artificiais e idade em que esse hábito é abandonado. O padrão genético de crescimento de cada criança, bem como intercorrências nas vias aéreas além da tonicidade da musculatura orofacial são fatores que poderão contribuir para a instalação e gravidade dos efeitos deletérios.

A ausência do alimento, a fome, e acesso aos alimentos de elevado valor calórico e baixa qualidade nutricional podem causar distúrbios nutricionais como excesso de peso, desnutrição e carências nutricionais no binômio mãe-criança. Estes distúrbios nutricionais interferem nos ciclos metabólicos e estão associadas à ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis na mãe e na criança, especialmente no último grupo populacional, que está relacionado à menor qualidade do leite materno e oferta de alimentos de forma precoce (Alexandre-Weiss *et al.*, 2023).

Estudos científicos que descrevem as características da alimentação dos participantes da coorte NutriNet Brasil, imediatamente antes e na vigência da pandemia de Covid-19, indicam a tendência de aumento no consumo de alimentos ultraprocessados nas regiões Nordeste e Norte, regiões também consideradas de maior prevalência de insegurança alimentar e nutricional do país, economicamente menos desenvolvidas e compostas por pessoas com menor escolaridade. Esse cenário preocupa, pois, a ingestão desses alimentos eleva o risco de obesidade, hipertensão e diabetes, especialmente quando consumido em fases iniciais de vida.

Nesse sentido, observa-se que as práticas alimentares de crianças entre quatro e 24 meses apresentam inadequações em relação às recomendações atuais da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde. Como consequência, essas estão sendo expostas a quantidades elevadas de sódio, açúcar, gordura, geralmente encontradas em produtos ultraprocessados, o que pode resultar, em obesidade e doenças crônicas não transmissíveis em ciclos imediatos e tardios da vida (Giesta *et al.*, 2019; Alexandre-Weiss *et al.*, 2023).

O Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (2019) revela desigualdades no acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas segundo raça ou cor. Os domicílios brasileiros com crianças menores de 5 anos apresentaram grau de insegurança alimentar menor entre as brancas (40%) do que entre as pardas (51,2%) e pretas (58,3%).

Diante deste contexto fundamentado no racismo estrutural e institucional, ainda se escuta na prática, profissionais afirmarem, equivocadamente, que a obesidade, hipertensão e outras doenças crônicas são predisposições genéticas da população negra, baseados em uma perspectiva biologicista, desconsiderando todos os fatores ambientais desfavoráveis. Evidência científica revela que a genética pouco determina a ocorrência de obesidade e outras doenças crônicas, sendo estas influenciadas significativamente pelo ambiente em que a pessoa vive e trabalha (Harvard, 2024), os chamados determinantes sociais da saúde.

As evidências científicas sobre os benefícios da amamentação já estão bem elucidadas e revelam proteção contra mortalidade infantil, desnutrição, doenças infecciosas, obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis (Balban *et al.*, 2004; Monteiro *et al.*, 2007; Brasil, 2015).

Estudos científicos evidenciam que micro RNA (miRNAs) envolvidos em importantes vias metabólicas são abundantes nos exossomos do leite humano e que a abundância desses miRNAs é afetada pelo sobrepeso/obesidade materno e pela duração da lactação. O estudo aponta também que os miRNAs são preditores significativos do crescimento infantil e da aquisição de gordura na primeira infância.

Alterações na abundância de miRNAs exossômicos em leite humano obtidos das mães com sobrepeso/obesas podem representar um dos mecanismos pelos quais o leite materno exerce papel protetor contra obesidade e diabetes mellitus tipo 2 na vida adulta (Oliveira, K. B. *et al.*, 2021), confirmando o papel epigenético do leite materno na programação metabólica.

Rito *et al.* (2019) confirmam o efeito benéfico do aleitamento materno na redução das chances de obesidade, as quais se mostraram estatística e significativamente maiores em crianças que nunca foram amamentadas ou amamentadas por menos de 6 meses. As crianças negras não estão tendo esse direito assegurado, de modo que o direito humano à alimentação adequada está sendo visto ainda como um privilégio, condição da população branca.

De acordo com Jurema Werneck (2016), é necessário se pensarem estratégias em políticas públicas que permitam a aproximação física e cultural entre instituições públicas e as mulheres negras. Essa melhor assistência pode promover dignidade, assegurando-lhes o direito de aleitar e alimentar suas “crias”, de estarem próximas dos seus filhos, dando-lhes a possibilidade de crescerem de forma saudável, bem cuidados, ampliando o bem-estar familiar.

É fundamental que a mulher receba esclarecimento sobre o manejo correto da amamentação, desde a produção do leite materno, a importância da amamentação, assim como as possíveis dificuldades que elas podem enfrentar e estratégias para superar, como, por exemplo, os cuidados com as mamas para evitar a mastite, o manejo para retirada e armazenamento do leite, o uso correto de compressas, cuidado com os mamilos no aparecimento de fissuras e rachaduras (Brasil, 2016).

Devido ao fato de as mulheres negras receberem pior assistência, não são, muitas vezes, escutadas, e os julgamentos e mitos em relação às dificuldades na amamentação também permanecem: “Não tá doendo, não”; “Que doendo o quê, menina?”, “Amamentar é assim mesmo!”, “Que nada, já teve tanto filho, já não sabe como é?”, “Não quer amamentar, fica aí com preguiça, dizendo que tá doendo” (Armendro, 2020).

Essa negligência e descaso levam ao diagnóstico tardio de mastite puerperal por exemplo. Essa mulher, muitas vezes, só será percebida na perda de função, quando a mastite já estiver instalada, sendo, em muitos casos, necessária uma intervenção invasiva e cirúrgica, o que pode

resultar no desmame precoce. Esse fato poderia ser evitado com uma assistência adequada, com pré-natal eficiente, com uma escuta ativa durante o processo de pré-natal, internação para o parto ou durante o período de puericultura.

3 CONCLUSÃO

Este ensaio teórico abordou a intersecção entre a amamentação e a insegurança alimentar em mulheres negras e os principais desafios enfrentados por esta população para efetivação do seu direito de amamentar, como a dificuldade no acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequados, devido à pobreza, desemprego e/ou empregos informais e sobrecarga de trabalho, ausência de rede de apoio, convívio direto com pântanos e desertos alimentares, desnutrição, doenças crônicas, a desinformação e mitos sobre o aleitamento, estigmas, discriminação e racismo e a ausência de políticas públicas.

Apesar das evidências científicas revelarem inúmeros benefícios da prática de amamentação para a saúde da mãe e da criança, as disparidades sociais e raciais contribuem para a redução da prevalência de amamentação no público estudado e escancaram as desigualdades de saúde. Para enfrentar esses desafios, é fundamental implementar estratégias que promovam a segurança alimentar e o apoio ao aleitamento materno, com foco em educação, políticas públicas inclusivas e fortalecimento das redes comunitárias.

Políticas públicas são necessárias e devem considerar as mulheres negras em sua especificidade. As ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, devem ser realizadas de forma contínua.

Sendo assim, a título de exemplo, uma ação que deveria ser ampliada é a cobertura das creches para crianças menores de 12 meses, assim como a instalação de salas de amamentação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), um espaço para a retirada e armazenamento do leite, onde as mulheres recebem apoio com um profissional, especialista em aleitamento humano, de modo que elas possam identificar suas maiores dificuldades e, assim, continuar o aleitamento.

Entretanto, para a eficácia dessa estratégia, é imprescindível ampliar a equipe de profissionais e investir na educação continuada dos mesmos, de modo a se estabelecer uma assistência antirracista e com equidade, que promova um cuidado integral à saúde da mulher negra que amamenta.

São de extrema importância o apoio e a escuta da mulher que tem dificuldades para amamentar, sem julgamentos, mas ofertando momentos de cuidado para a superação das dificuldades. Deve-se considerar o desejo, as ideias, os saberes, os medos e as dificuldades da mulher em relação à amamentação, suas experiências prévias, expectativas e frustrações. O racismo estrutural e institucional invisibilizam e comprometem o desfecho da amamentação da mulher negra.

Além disso, existe uma insuficiência de profissionais negros na assistência ao aleitamento humano, pouca visibilidade e desvalorização aos profissionais que desempenham essa função. O racismo traz impactos reais e destrutivos à saúde da população racializada. Além da denúncia, é necessário transformação dessa realidade.

É urgente assumir o compromisso de superar os estigmas para a implementação de uma assistência antirracista. É necessário um trabalho de base na formação e preparação dos profissionais e uma sensibilização e instrumentalização dos profissionais que já estão atuando, promovendo um cuidado integral a essas mulheres. É imprescindível sair desse lugar de acomodação e ampliar as discussões das questões do racismo estrutural e institucional no serviço de saúde.

Promover espaços de discussão para fortalecer a autoestima e identidade dessas mulheres e instrumentalizá-las quanto aos seus direitos, apoiando-as quando apresentarem dificuldades para amamentar, ofertando momentos de cuidado para superação das dificuldades e, conseqüentemente, promovendo a segurança alimentar e nutricional desde a primeira infância.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE-WEISS, V. P. (coord.) *et al.* **Prato do dia: desigualdades**. Raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares. Brasília: FIAN Brasil, 2023.

AMARAL, L. J. X. *et al.* Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrizes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. esp., p. 127-134, 2015.

ARMENDRO, Nathália. Por que precisamos de uma Semana de Apoio à Amamentação Negra no Brasil. **Revista Crescer**, 2020. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Saude/noticia/2020/08/por-que-precisamos-de-uma-semana-de-apoio-amamentacao-negra-no-brasil.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BALABAN, G. *et al.* O aleitamento materno previne o sobrepeso na infância? **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 4, n. 3, p. 263-268, 2004.

BENEDETT, A. *et al.* A dor e desconforto na prática do aleitamento materno. **Cogitare Enfermagem**, v. 19, n. 1, p. 136-140, ene./mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da

União, Brasília, DF, 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Amamentação 2023**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aleitamento-materno>. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: nutrição infantil – Aleitamento materno e alimentação**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. (Caderno de Atenção Básica, n. 23). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-queiro-me-alimentar-melhor/Documentos/pdf/guia-alimentar-para-criancas-brasileiras-menores-de-2-anos.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico Saúde da População Negra**. Brasília, DF, vol. 1, out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2023/boletim-epidemiologico-saude-da-populacao-negra-numero-especial-vol-1-out.2023/view>. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas. **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – e normas correlatas**. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

BUCCINI, G. S. **Evolução do uso de chupeta e sua influência no aleitamento materno exclusivo no Brasil 1999-2008**. 2017. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DIEESE. **Boletim Especial 8 de Março Dia da Mulher: As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

EW, R. A. S. *et al.* Estigma e teste rápido na atenção básica: percepção de usuários e profissionais. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 3, p. 1-10, 2018.

GIESTA, J. M. *et al.* Fatores associados à introdução precoce de alimentos ultraprocessados na alimentação de crianças menores de dois anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 7, p. 2387–2397, jul. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIUGLIANI, E. R. J. *et al.* **Uso de chupeta em crianças amamentadas: prós e contras**. Departamento Científico de Aleitamento Materno – Sociedade Brasileira de Pediatria, 2025. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Aleitamento-Chupeta_em_Crianças_Amamentadas.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

HARVARD T.H. CHAN SCHOOL OF PUBLIC HEALTH. **Genes não são destino | Fonte de Prevenção da Obesidade**. The Nutrition Source, 2025. Disponível em: <https://www.hsph.harvard.edu/obesity-prevention-source/obesity-causes/genes-and-obesity>. Acesso em: 7 abr. 2025.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos. Agência de Notícias IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 7 abr. 2025.

MONTEIRO, S.; VILELLA, W. (org.). **Estigma e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Faperj, 2013.

NASCIMENTO, Maria Beatriz Reinert do. Os Reflexos da Amamentação na Vida Adulta. *In*: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Guia Prático de Aleitamento Materno**. São Paulo: SBP, 2020. p. 5-7.

NUNES, Charô. Desconstruindo a mãe preta: amamentação e o cuidado das mulheres negras. **Blogueiras Negras**, 14 ago. 2017. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/desconstruindo-mae-preta-amamentacao-e-o-cuidado-das-mulheres-negras/>. Acesso em: 10 maio 2025.

NUNES, L. M. Importância do aleitamento materno na atualidade. **Boletim Científico de Pediatria**, v. 4, n. 3, p. 55-59, 2015.

OLIVEIRA, K. B. *et al.* MicroRNA exossômico do leite humano: associações com sobrepeso/obesidade materna e composição corporal infantil em 1 mês de vida. **Nutrientes**, v. 13, n. 1091, 2021.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. (Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, n. 2). Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/segurancaalimentar-covid-8jun-2022.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

RITO, A. I. *et al.* Association between Characteristics at birth, breastfeeding and obesity in 22 countries: The WHO european childhood obesity surveillance initiative – COSI 2015/2017. **Obesity Facts**, v. 12, n. 2, p. 226-243, abr. 2019.

SILVA, G. P. O. *et al.* Realidade do aleitamento materno cruzado em Maternidade Filantrópica de Aracaju, Sergipe. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, e123101321151, 2021.

SILVA, Jaqueline Maria da. Amamentação Negra: mães contam desafios raciais do aleitamento materno; mães negras têm mais dificuldade de seguir com amamentação exclusiva durante o período recomendado, com impactos importantes para os bebês. **Agência Mural**, 2022. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/amamentacao-mulher-negra/>. Acesso em: 10 maio 2025.

SIQUEIRA, R. S.; MONTEIRO, C. A. Amamentação na infância e obesidade na idade escolar em famílias de alto nível socioeconômico. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 1, p. 5-12, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Aleitamento materno**: Prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos 4: ENANI 2019. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. Coordenador geral: Gilberto Kac. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

VENTURA, J. *et al.* Estigma associado a gestante/puérpera usuária de crack: ameaça que representa a instituição. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 2, e73922114, 2020.

VON SEEHAUSEN, M. P.; OLIVEIRA, M. I. C. de; BOCCOLINI, C. S. Fatores associados ao aleitamento cruzado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1673–1682, maio 2017.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535–549, jul. 2016.

ZAMBENEDETTI, G.; BOTH, N. A via que facilita é a mesma que dificulta: estigma e atenção em HIV-Aids na estratégia saúde da família. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 1, p. 41-58, 2013.